



PROJETO DE LEI Nº <sup>89</sup>, de 09 de Julho de 2020.

Dispõe sobre o pagamento do ABONO TEMPORÁRIO, no percentual de 20% sobre o salário mínimo, aos servidores públicos municipal envolvidos com as ações de combate à COVID-19 (Coronavírus) e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2020 e com vigência até 31 de dezembro de 2020, devendo cessar o abono temporário, imediatamente, caso seja decretado o fim da Pandemia COVID-19:

I – a conceder abono temporário no valor de R\$209,00 (duzentos e nove reais), que corresponde a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, a todos os servidores da Saúde e da Assistência Social efetivos, contratados e comissionados, que estejam em atividade durante o combate da Pandemia de Coronavírus - COVID-19;

II – a conceder abono temporário no valor de R\$209,00 (duzentos e nove reais), que corresponde a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, aos fiscais de posturas, servidores das Secretarias de Urbanismo, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, bem como aos Monitores de Transporte Escolar da Secretaria de Transporte, que estejam em atividade de fiscalização das ações durante a Pandemia de Coronavírus – COVID-19;

III - a conceder abono temporário no valor de R\$209,00 (duzentos e nove reais), que corresponde a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, aos Coveiros e servidores dos Cemitérios Públicos que estejam em atividade durante a Pandemia de Coronavírus - COVID-19;

IV - a conceder abono temporário no valor de R\$209,00 (duzentos e nove reais), que corresponde a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, aos Guardas Municipais e Seguranças Municipais, que estejam exercendo atividades específicas no combate à Pandemia de Coronavírus - COVID-19, devendo ser definido diretamente pelo Secretário Municipal de Segurança e Trânsito.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o pagamento da concessão através de Decreto, no prazo máximo de 7 (sete) dias, após a aprovação desta lei e fará o pagamento dos retroativos em uma única parcela.

Art. 3º - A concessão do abono temporário não incidirá para fins de cálculo de férias e 13º (décimo terceiro) salário, bem como sobre o abono temporário não haverá incidência de desconto de INSS, havendo somente desconto de IRRF.

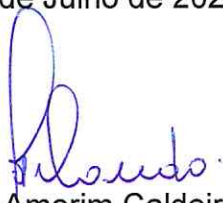


PREFEITURA DE  
**ITABIRITO**

Art. 4º - A fonte de custeio para o pagamento do direito concedido no Art. 1º serão as dotações constantes no orçamento vigente, preferencialmente com fontes de recursos destinadas ao combate da Pandemia de Coronavírus-COVID-19.

Art. 5º - Esta Lei **entra em vigor na data de sua publicação**, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itabirito, 09 de Julho de 2020.

  
Orlando Amorim Caldeira  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROTOCOLO**

DATA 09/07/20  
M. Soares  
RECEBIDO POR

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO	
A Comissão de <u>Legislação</u>	Em <u>09/07/20</u>
Presidente	_____
Aprovado em 1ª Discussão em	____/____/____
Presidente:	_____
Aprovado em 2ª Discussão em	____/____/____
Presidente:	_____
À Comissão de Redação em	____/____/____
Presidente	_____
Aprovado em Redação Final em	____/____/____
Presidente	_____
À Sanção em	____/____/____
Promulgue -se em	____/____/____
Presidente	_____



PREFEITURA DE  
**ITABIRITO**

Av. Queiroz Júnior, 635 ► cep 35450-000 | Itabirito ► Minas Gerais





## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exmo. Sr. Presidente,  
Exmos. Srs. Vereadores,

Com as nossas cordiais saudações, encaminhamos projeto de lei, visando a concessão de abono temporário para os servidores públicos do Município, envolvidos diretamente no combate Pandemia de Coronavírus-COVID-19.

O Abono temporário será concedido aos servidores da saúde, da assistência social, da segurança pública, aos fiscais de posturas da Secretaria de Urbanismo, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, além dos Monitores Escolares, Coveiros e servidores dos cemitérios públicos, que se encontram diretamente nas atividades de combate à Pandemia.

Trata-se de um provento não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade, portanto não terá incidência de INSS, conforme já decidido pelo STF no Recurso Extraordinário (RE) 593068.

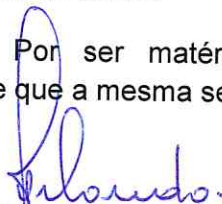
O abono temporário tem previsibilidade para ser concedido, considerando o Art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 173/2020, que estabelece o programa federativo de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV2 – COVID-19, quando a lei proibiu criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, exceto quando se tratar de medidas de combate à pandemia, conforme transcrevemos:

*Art. 8º - (...)*

*§ 5º - O disposto no inciso VI do **caput** deste artigo não se aplica aos profissionais de saúde e de assistência social, desde que relacionado a medidas de combate à calamidade pública referida no caput cuja vigência e efeitos não ultrapassem a sua duração.*

O valor de impacto orçamentário e financeiro da despesa é estimado em R\$1.766.259,00 (Hum milhão, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais), conforme documento anexo.

Por ser matéria de interesse da municipalidade, contamos com a sua unânime aprovação e que a mesma seja tramitada em regime de **urgência**.

  
Orlando Amorim Caldeira  
PREFEITO MUNICIPAL

